

Temos assistido nos últimos anos a debates intensos – mas restritos a uma parcela mínima da população - sobre organismos transgênicos, clonagem, células-tronco, energia nuclear, as conseqüências da poluição sobre o clima, ensino do criacionismo e o uso de animais na pesquisa, entre outros. Esses debates têm conseqüências práticas de alta relevância: a utilização dos organismos transgênicos na agricultura, o emprego de animais clonados na pecuária, o uso de células-tronco na medicina, a retomada das usinas nucleares para geração de energia, a transposição do rio São Francisco, a interrupção do desmatamento, o ensino da Evolução na rede escolar, e a continuidade das linhas de pesquisa em biomedicina e biologia experimental, para citar apenas algumas.

O que chama atenção nesse processo é o alto grau de desconhecimento por amplos setores da população (inclusive da mais instruída) acerca das bases científicas dessas questões, gerando decisões desinformadas (inclusive por parte dos políticos, seus representantes), e portanto com grande probabilidade de erro. Constata-se a reduzida capacidade de absorção de informação e conhecimentos novos (Arocena e Sutz, 2003), principalmente nos países periféricos e semiperiféricos.

A indispensável democratização das oportunidades educacionais de boa qualidade é um antídoto de longo prazo para esse problema. A curto prazo, o caminho mais eficaz parece ser o da divulgação científica, com o objetivo de incluir uma proporção maior da população na discussão. Inclusão social, econômica e política assim como o desenvolvimento da cidadania dependem hoje em dia, em grande parte, da educação científica da população, não só na escola mas *lato sensu*.

Constata-se no Brasil a existência de barreiras ao fluxo de informação científica de boa qualidade entre produtores e consumidores (sentido amplo) devidas a, pelo menos, dois conjuntos de fatores (Maciel, 2005).

O primeiro conjunto é o das barreiras entre o cientista e a imprensa (escrita e audio-visual): dificuldades de comunicação e entendimento entre cientista e jornalista (Esteves, 2006; Zamboni, 2001), falta ou limitação de espaço disponível nos meios de comunicação de massa para assuntos relativos à ciência, avaliação pelos dirigentes de órgãos de imprensa escrita ou audio-visual sobre o que seu público deseja ler (avaliação esta que não costuma privilegiar notícias científicas e, muito menos, aquelas sobre a ciência feita no Brasil), etc.

O que se pode observar nos (poucos) levantamentos feitos (Massarani, Moreira e Brito, 2002; MCT, 1987; Pavan *et al.*, 1992; Vogt e Polino, 2003) é que há, sim, um

interesse pelo assunto que freqüentemente se frustra com notícias truncadas, sensacionalistas ou maçantes – porque ainda não se desenvolveu no Brasil nem a cultura do jornalismo científico (representada por alguns pouquíssimos profissionais competentes) nem o hábito dos cientistas de escrever para o público leigo.

O segundo conjunto é o das barreiras que se interpõem entre organismos governamentais e cientistas. Neste aspecto, um dos problemas é a falta de estímulo, por parte das agências de fomento à C&T, quanto à comunicação científica para um público ampliado, apesar de algumas iniciativas recentes neste sentido.

A questão levantada aqui, em resumo, é a do entendimento sobre a produção e difusão social de informação pública a respeito das complexas relações entre ciência, tecnologia e sociedade no mundo contemporâneo que propicie a socialização da informação e do conhecimento científicos com vistas à capacitação, ao entendimento e à conscientização pública acerca da ciência e do processo de sua produção assim como de sua aplicabilidade no dia-a-dia da sociedade.

O objetivo geral deste trabalho é o de indicar estratégias e práticas de divulgação pública de informação sobre ciência, particularmente procurando entender: (i) as formas como a chamada “grande imprensa” toma conhecimento de e registra novos fatos/acontecimentos produzidos no mundo científico e como os seleciona, formula, classifica e publica; (ii) as relações entre cientistas e divulgadores (jornalistas e outros) no processo de coleta e divulgação da informação sobre ciência; (iii) as formas pelas quais interesses políticos e econômicos influem/interferem nesse processo; (iv) a formulação de políticas públicas [explícitas e implícitas] – seus instrumentos, mecanismos e estratégias – relativas à divulgação de informação sobre ciência, procurando identificar os estímulos e desestímulos à divulgação e (v) o significado dos resultados de pesquisas sobre “percepção pública” de ciência e tecnologia.

Mostra-se que, apesar de alguns avanços, os entraves à comunicação – de vários tipos e dimensões – ainda precisam ser melhor entendidos para serem vencidos.